

# Avanços do FIPA de Mar del Plata a Porto Espanha: abrindo novos caminhos de cooperação nas Américas

*Relatório apresentado pelo Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) a V Cúpula de Chefes de Estados e Governos das Américas.*

Porto Espanha, Trinidad e Tobago

17 a 19 de abril de 2009

---

Foro Interparlamentario de las Américas  
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques  
Inter-Parliamentary Forum of the Americas



# Índice

<b>1. Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Apoiando os mandatos das Cúpulas: Relatório de progresso 2005-2009 .....</b>	<b>4</b>
<b>2.1 CONTRIBUINDO PARA A PROSPERIDADE .....</b>	<b>4</b>
<b>2.2 DESENVOLVENDO O POTENCIAL HUMANO .....</b>	<b>6</b>
<b>2.3 FORTALECENDO A DEMOCRACIA.....</b>	<b>7</b>
EXTRATO DE “OBAMA E A AMÉRICA LATINA: O MOMENTO PROPÍCIO PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL” .....	0
<b>3. Fortalecendo a colaboração entre Parlamentos e Governos no cumprimento dos compromissos assumidos nas Cúpulas.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 PARTICIPAÇÃO DO FIPA EM ATIVIDADES INTERAMERICANAS E O DIÁLOGO COM INSTITUIÇÕES HEMISFÉRICAS .....</b>	<b>12</b>
<b>3.2 OUTROS MODELOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PARLAMENTOS E GOVERNOS.....</b>	<b>12</b>
<b>4. Conclusão .....</b>	<b>13</b>
<b>5. Anexos .....</b>	<b>14</b>
<b>5.1 RECOMENDAÇÕES DO CONGRESSO “RUMO A UMA AGENDA LEGISLATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO COM PERSPECTIVA DO GÊNERO PARA AS AMÉRICAS”. .....</b>	<b>14</b>
<b>5.2 RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO DA V ASSEMBLÉIA PLENÁRIA .....</b>	<b>15</b>
<i>Grupo de Trabalho Nº. 1: Comércio e Integração .....</i>	<i>15</i>
<i>Grupo de Trabalho Nº. 2: Redução da Pobreza.....</i>	<i>16</i>
<i>Grupo de Trabalho Nº. 3: A Luta contra o Tráfico de Drogas .....</i>	<i>18</i>
<b>5.3 DECLARAÇÃO APRESENTADA DURANTE A 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 3 A 5 DE JUNHO, CIDADE DO PANAMÁ, PANAMÁ .....</b>	<b>20</b>





É para mim uma honra e uma grande satisfação apresentar o relatório “Avanços do FIPA de Mar del Plata a Porto Espanha: abrindo novos caminhos de cooperação nas Américas”.

O Fórum Interparlamentar das Américas -FIPA- foi criado em 2001, reunindo em seu seio os parlamentos nacionais da América em torno do compromisso de contribuir para o processo de integração como um dos instrumentos mais adequados para o desenvolvimento sustentável e harmônico do Continente.

O Plano de Ação da III Cúpula das Américas, realizada na cidade de Québec alguns dias depois da criação do FIPA, reconheceu especialmente a importância do Fórum como instrumento de cooperação entre nossos países. É assim que nesse plano exortam-se os países do continente a promoverem “a cooperação e a troca de experiências e práticas parlamentares excelentes entre legisladores nacionais do hemisfério, respeitando ao mesmo tempo a separação e o equilíbrio de poderes, através de mecanismos bilaterais, subregionais e hemisféricos tais como o Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA).”

Desde a Cúpula de Quebec, os parlamentares têm avançado na compreensão de questões políticas, econômicas e sociais que afetam o nosso hemisfério. Este conhecimento, respaldado pela troca de informação e de experiências entre os membros do Fórum, permite-nos defender com maior eficiência os interesses dos povos que representamos. O FIPA teve a oportunidade de apresentar algumas dessas conquistas nos relatórios apresentados no marco da Cúpula Extraordinária de Monterrey em 2004 e da Cúpula de Mar del Plata em 2005.

Este relatório apresenta, por um lado, as conquistas obtidas através de reuniões plenárias, grupos de trabalho, workshops de capacitação e conferências, em assuntos tão variados como a luta contra o narcotráfico, a igualdade de gênero nas agendas legislativas, as implicações do comércio para o desenvolvimento ou o combate à pobreza.

Por outro lado, quisemos destacar os esforços realizados pelo FIPA para aprofundar a comunicação e definir novos marcos de colaboração com as instituições do sistema interamericano.

O projeto de Declaração de Porto Espanha, que será adotado por nossos chefes de Estado e Governo no domingo, dá uma idéia geral das tarefas que esperam dos nossos líderes, seja em matéria ambiental ou energética, no combate à desigualdade e no fortalecimento da segurança dos cidadãos e da democracia. Esses desafios são ainda maiores pelo fato de surgirem no contexto de uma crise econômica e financeira sem precedentes. Precisam, portanto, não só de uma atuação eficaz das instituições executivas, mas também de um forte envolvimento dos poderes legislativos dentro das competências que lhes cabe em matéria de legislação, representação e controle.

Nesse marco, esperamos que o Diálogo Parlamentar Extraordinário convocado pela primeira vez pelo FIPA e auspiciado pelo Parlamento de Trinidad e Tobago, no marco da V Cúpula, contribua para abrir novos caminhos de cooperação no nível interamericano e para avançar no fortalecimento de instituições democráticas capazes de servir melhor os seus cidadãos.

**Luiz Carlos Haully**  
**Deputado do Brasil, Presidente do FIPA**

Abril de 2009

## **1. Introdução**

O Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é uma rede independente comprometida em promover a participação parlamentar no sistema interamericano e em contribuir para o diálogo interparlamentar sobre os temas da agenda hemisférica, de acordo com a Resolução 1673/99 da Assembleia Geral da OEA.

Como única associação parlamentar composta pelas legislaturas nacionais dos Estados-membros da OEA, o FIPA tem um papel fundamental no que se refere à participação dos parlamentares em questões de interesse hemisférico.

O FIPA foi criado oficialmente durante a assembléia inaugural em Ottawa, no Canadá, nas vésperas da 3ª Cúpula das Américas, na cidade de Quebec, em abril de 2001. Mais de 110 parlamentares oriundos de 26 países do continente participaram da reunião e aprovaram as regras e diretrizes do Fórum.

O Plano de Ação da 3ª Cúpula das Américas reconheceu a importância da contribuição do FIPA para o avanço dos objetivos do processo de Cúpulas em matéria de governabilidade democrática. O documento exorta as nações das Américas a incentivarem “a cooperação e o intercâmbio de experiências e melhores práticas parlamentares entre legisladores nacionais do Hemisfério, respeitando a separação e o equilíbrio de poderes, por meios bilaterais, sub-regionais e hemisféricos, tais como o Fórum Interparlamentar das Américas”.

O seguinte relatório é o terceiro a ser apresentado pelo FIPA aos Chefes de Estado e de Governo das Américas – após os relatórios de progresso apresentados nas Cúpulas de Monterrey (2004) e Mar del Plata (2005).

A segunda parte do relatório destaca alguns avanços alcançados nos três grandes temas das Cúpulas: criação de prosperidade, desenvolvimento do potencial humano e fortalecimento da democracia. A terceira parte apresenta ações realizadas pelo FIPA para o fortalecimento da colaboração entre Governos e Parlamentos no tocante ao avanço das metas hemisféricas, assim como exemplos de modelos de colaboração existentes em outras organizações.

Para cumprir com seu objetivo de apoiar a cooperação hemisférica, o FIPA precisa contar com o compromisso permanente dos países do continente. Além da participação ativa das legislaturas integrantes do Fórum, tal apoio necessita do respaldo dos Poderes Executivos para reforçar o papel do FIPA como ator preponderante no sistema interamericano.



## 2. Apoiando os mandatos das Cúpulas: Relatório de progresso 2005-2009

### 2.1 Contribuindo para a prosperidade

Declaração de Mar del Plata, ponto 6, IV Cúpula dos Chefes de Estados e Governos das Américas, 2005: “... reiteramos que as oportunidades de comércio e investimento são necessárias para os países em sua luta contra a pobreza e seus esforços de desenvolvimento”

Declaração de Mar del Plata, ponto 15: “... trataremos os problemas representados pelas barreiras ao comércio e pela dívida insustentável e continuaremos reformando a arquitetura financeira internacional.”

Declaração de Mar del Plata, ponto 18: “Expressamos nosso compromisso com o progresso nas negociações sobre a Agenda de Doha para o Desenvolvimento.”

As principais atividades do FIPA são realizadas em assembleias plenárias anuais e grupos de trabalho, nos quais os legisladores têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e debater sobre diferentes alternativas políticas no intuito de apresentar propostas aos desafios no continente nos campos político, social e econômico.

O comércio internacional é tema constante nas reuniões de FIPA. Foi tratado nas Assembleias Plenárias realizadas nos anos de 2001 a 2006, e, desde 2007, deu origem a workshops de capacitação para legisladores.

#### Grupo de trabalho sobre comércio e integração, 5ª Assembleia Plenária (Colômbia 2006)

Durante a 5ª Assembleia Plenária do FIPA, em Bogotá, na Colômbia, entre 19 e 21 de novembro de 2006, os legisladores membros do Grupo de trabalho sobre comércio e integração apresentaram recomendações para - entre outras medidas:

- Eliminar todas as barreiras ao comércio internacional, incluindo os impostos alfandegários ou subsídios que distorcem o comércio internacional;
- Promover políticas domésticas complementares que aproveitem as oportunidades de inserção internacional; particularmente as políticas de infra-estrutura; educação; modernização do Estado; desenvolvimento rural, agrícola e pesqueiro; e ciência e tecnologia;
- Criar políticas que favoreçam a integração energética, considerando os desafios relacionados com os recursos não renováveis e as oportunidades oferecidas por recursos renováveis como a bioenergia, a energia eólica ou outros recursos;
- Construir para os países das Américas e do Caribe um Fundo dotado com suficientes recursos financeiros para facilitar a transição para um regime de comércio mais livre e de integração mais profunda, particularmente no tocante à facilitação da conectividade da região, ao desenvolvimento da infra-estrutura (transporte aéreo, terrestre e marítimo) e à promoção da pequena e média empresa, alinhado com a iniciativa de ajuda para o comércio da OMC;
- Recomendar que os membros do FIPA levassem estas recomendações aos seus respectivos parlamentos e poderes executivos; que trabalhem conjuntamente com seus próprios representantes executivos nacionais do FIPA para garantir que sejam feitos progressos concretos em sua implementação.

## Workshops sobre comércio em 2007 e 2008

Conscientes da necessidade de oferecer ferramentas adequadas para que os parlamentares estejam sempre bem informados, tomem decisões responsáveis e dêem respostas concretas aos seus representados, o FIPA assumiu a tarefa de organizar oficinas de capacitação sobre comércio internacional.

- Primeiro Workshop sobre Comércio para Parlamentares das Américas (Ottawa 2007)



Parlamentares participam numa sessão sobre as regras do comércio durante o workshop do FIPA em Ottawa

Entre 18 e 20 de março de 2007, o FIPA realizou seu primeiro *Workshop sobre Comércio para parlamentares*, organizado pela seção canadense do FIPA, em Ottawa, no Canadá. O workshop surgiu da necessidade de dar aos parlamentares mais e melhores oportunidades para desenvolver suas capacidades, principalmente na área de direito comercial. Teve a participação de 16 parlamentares da Bolívia, Canadá, Colômbia, Dominica, El Salvador, Haiti, Jamaica e México.

A proposta visou dar informações básicas aos parlamentares sobre políticas e regulamentação comerciais de modo relevante para os seus interesses e os de seus eleitores. Como as políticas comerciais atingem tantos outros aspectos, tais como a pobreza, o

desenvolvimento, os movimentos sociais e as questões de gênero, o workshop também teve por objetivo oferecer uma oportunidade de tratar estes problemas dentro do contexto da política comercial.

- Workshop “Liberalização do Comércio – OMC, Rodada de Doha e desafios em matéria de desenvolvimento” (Costa Rica 2008)

Entre 6 e 8 de novembro de 2008 foi realizado em São José, na Costa Rica, o workshop sobre “Liberalização do Comércio – OMC, Rodada de Doha e desafios em matéria de desenvolvimento”, voltado para parlamentares de países da América Central e da América do Sul.

Co-organizado pela Comissão de Relações Internacionais da Assembléia Legislativa da Costa Rica, pelo FIPA e pela Organização Mundial de Comércio (OMC), o evento contou com a presença de 32 parlamentares da Costa Rica, Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Paraguai, Peru e República Dominicana. Como o comércio internacional atinge todos os setores da sociedade, foi uma oportunidade de receber informações sobre o comércio, aprofundar conceitos e conhecimentos sobre o funcionamento de organizações como a OMC e analisar a ligação entre a liberalização do comércio e o combate à pobreza e desigualdade.





## 2.2 Desenvolvendo o potencial humano

### Grupo de trabalho sobre o combate à pobreza, 5ª Assembléia Plenária (Colômbia 2006)

Durante a 5ª Assembléia Plenária do FIPA na Colômbia, membros do Grupo de trabalho sobre a redução da pobreza fizeram uma série de recomendações para - entre outras medidas:

*Declaração de Mar del Plata, ponto 1: "... reafirmamos nosso compromisso de combater a pobreza, a desigualdade, a fome e a exclusão social para melhorar as condições de vida de nossos povos e fortalecer a governabilidade democrática nas Américas".*

- Aumentar efetividade do investimento social;
- Trabalhar para que o emprego seja prioridade para se promover uma transformação social;
- Buscar mecanismos para que as resoluções e iniciativas apresentadas pelos grupos de trabalho [do FIPA] sejam implementadas pelos legisladores nos respectivos países e conseqüentemente se constituam numa força vinculante;
- Observar que os recursos do Estado sejam corretamente aplicados e assim lutar contra a corrupção e incentivar os parlamentares a proporem leis de transparência em seus países.

As apresentações realizadas nessa ocasião por vários peritos colocaram em destaque diferentes mecanismos para a implementação de estratégias de redução da pobreza. Foram mencionadas, entre outras, medidas para melhorar a eficácia dos Poderes Legislativos no monitoramento dos planos de Governo para o combate à pobreza.

### Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

*Declaração de Quebec, III Cúpula de Chefes de Estados e Governos das Américas, 2001: "Assumimos o compromisso de [...] promover a igualdade de gênero e lograr a plena participação de todos na vida política, econômica, social e cultural de nossos países."*

*Plano de Ação de Mar del Plata, ponto 5, IV Cúpula das Américas dos Chefes de Estados e Governos, 2005: "Assegurar a homens e mulheres acesso equitativo aos benefícios da proteção social e garantir atenção aos temas de gênero nas políticas trabalhistas e sociais."*

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA foi criado em 2003 e é composto por representantes de todas as regiões das Américas (Norte, Centro, Sul e o Caribe). Os objetivos do grupo são complementares aos do FIPA e buscam a equidade de gênero.

Com base nas preocupações de homens e mulheres parlamentares de todo o continente, o Grupo de Mulheres do FIPA adotou um plano de ação, em fins de 2005, com quatro eixos de trabalho:

- Fomentar a participação de mulheres na política, através do compromisso e a educação;
- Treinar parlamentares na implementação de convênios internacionais de direitos humanos, com especial ênfase nas questões de gênero;
- Facilitar a criação de redes de contato entre parlamentares interessados na igualdade de gênero;
- Incluir e ampliar uma perspectiva do gênero em todas as atividades do FIPA.

Na 5ª Assembléia Plenária foi aprovada uma modificação aos regulamentos do Fórum com vistas à transformação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas em grupo de trabalho permanente do FIPA e à criação de um cargo específico no Comitê Executivo da organização, a ser ocupado pela presidente do Grupo, para assegurar uma perspectiva de gênero em todos os trabalhos do Fórum.

O Congresso “A caminho de uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas” foi realizado em Bogotá, nos dias 20 e 21 de novembro de 2008, na sede do Senado da República da Colômbia. Teve a participação de 37 parlamentares oriundos da Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Haiti, Granada, Guatemala, Jamaica, México, Peru, República Dominicana e Santa Lucia. O congresso teve seis sessões de trabalho, e os temas tratados incluíram políticas econômicas e gênero, a crise internacional, desenvolvimento e gênero, assim como políticas sociais e ambientais e reformas político-eleitorais com uma perspectiva de gênero.

As recomendações do Congresso incluíram entre outras:

- Incorporar a perspectiva de gênero como um aspecto central e transversal na formulação de orçamentos públicos do setor central, regional e local;
- Reconhecer durante a negociação de acordos comerciais a necessidade de tornar visível e remunerar equitativamente o trabalho das mulheres;
- Promover a articulação do Legislativo com as organizações sociais de base com o intuito de assegurar o cumprimento da lei de cotas.



A congressista peruana Hilaria Supa defende os direitos das mulheres indígenas durante o Congresso do FIPA

No tocante à implementação destas recomendações, tomou-se a decisão de nomear um representante de cada instituição legislativa para informar a Assembléia Plenária do FIPA, em intervalos regulares, sobre os avanços alcançados em matéria de gênero.

## **2.3 Fortalecendo a democracia**

### **Fortalecendo a cooperação e a troca de experiências e boas práticas entre Paramentos**

Já que a cooperação internacional, as alianças e a obtenção de fins comuns começam quando as partes interessadas, neste caso os Paramentos, se conhecem, o FIPA colocou à disposição dos Paramentos, a partir de outubro de 2006, um boletim trimestral, seu órgão oficial de difusão chamado *ParlAmericas*, como meio de informação e intercâmbio sobre projetos e atividades. Desde dezembro de 2008, o blog da organização, *BlogAmericas*, está disponível para legisladores por meio do site [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org) para a troca de idéias e iniciativas legislativas através de um meio de comunicação moderno.



**Quadro: Extratos da discussão “V Cúpula das Américas: Qual papel /quais serão as implicações para os Parlamentos?**

realizada através do blog do FIPA de 1º de dezembro de 2008 até 13 de abril de 2009

“Em muitos países latino-americanos, os legisladores têm uma área muito limitada na qual exercer sua função, com sistemas presidenciais fortes e centralizadores. Nestes anos de democracia, a eficácia parlamentar melhorou. Contudo, isso não levou às instâncias parlamentares multilaterais a tomarem decisões que tenham impacto nos mandatos políticos do Executivo.

A ação conjunta na Cúpula contribui para o fortalecimento da legitimidade direta dos parlamentos nacionais e regionais e constitui uma ligação inevitável, meio de transmissão obrigatório dos interesses da sociedade civil. O reconhecimento crescente dos próprios direitos e obrigações, por parte da sociedade, significa que o Estado já não é o único ator a definir a ordem social. Os atores sociais encontraram novas formas de existência social que não dependem somente da política estatal. O cidadão não desempenha somente o papel de observador social, mas vem a ser também construtor de uma comunidade coletiva e capaz de gerar mudanças, como protagonista de relações transfronteiriças. Os parlamentares são os meios de expressão desta nova sociedade internacionalizada.”

Extrato de *“Multilateralismo, diplomacia parlamentar e diálogo político”*  
por Rut Diamint, Universidad Torcuato di Tella (Argentina)

\*\*\*\*\*

O que queremos dizer quando dizemos integração? Alguns pensam que é simplesmente um clichê usado repetidas vezes em debates para agradar sem assumir responsabilidade. É correto o emprego da palavra integração para se referir aos complexos processos através dos quais os países da região estabelecem alianças estratégicas que não reduzem o potencial particular de cada país, mas pelo contrario, elevam seu potencial por mútuo acordo, de forma transparente e organizada.

Neste sentido, as possibilidades em nossa região são imensas e constituem de fato um dever nas atuais circunstâncias. Os tratados de livre comércio - que abrem oportunidades de investimento, comércio e diversificação da produção-, assim como os acordos de colaboração energética e a existência de polos produtivos conjuntos para a promoção de investimentos estrangeiros na área, mostram claramente como uma região pode se beneficiar da conjuntura para se transformar em poderosa protagonista de uma economia internacional com tanto para oferecer.

Para ser de real relevância para a nossa região, a eleição de Barack Obama deverá ser acompanhada de um forte elemento de integração que nos transforme em um ator imprescindível. Sem negar a importância dos Estados Unidos para nossa região, bem como de outras economias, incluindo a União Européia e a China, o relevante para nosso futuro é a capacidade de superar a estagnação causada pelos entraves burocráticos ao desenvolvimento. Em busca do desenvolvimento, a nossa região precisa mudar hoje mais do que nunca. É o pedido que fazem aqueles que nos elegeram democraticamente.”

Extrato de *“Obama e a América Latina: o momento propício para a integração regional”*  
pelo deputado Iván Moreira Barros (Chile)

\*\*\*\*\*

“Quanto ao assunto dos programas de proteção social e à meta de um acesso igual para todos os homens e mulheres a serviços sociais básicos, incluindo água, morada, cuidados de saúde, alimentação e higiene, concordo plenamente. De fato, meu principal projeto como senadora na Colômbia tem sido promover um conjunto de leis que visam a estes objetivos, a fim de demonstrar que o legislativo também pode contribuir para as mudanças sociais necessárias. [...] Parece-me também de suma importância que este espaço sirva como termômetro para zelar pelo bem-estar de nossas instituições democráticas.”

Extrato de *“Comentário sobre a Declaração de Compromisso intitulada: Garantindo o Futuro dos nossos cidadãos através da Promoção da Prosperidade Humana, Segurança Energética e Sustentabilidade Ambiental”*  
pela senadora Cecilia López Montaña (Colômbia)

“Na qualidade de parlamentares, é muito difícil para nós promovermos ou explicarmos idéias ou decisões tomadas pelos membros das Cúpulas se não tivermos participado nessas decisões ou quando não conhecemos o contexto na qual foram tomadas.

Temos que estar presentes na próxima reunião e devemos nos envolver de forma ativa no Processo de Cúpulas. Individualmente, enquanto políticos, não podemos atingir essa meta, mas por meio de esforços conjuntos dos parlamentares dos países-membros e por intermédio do FIPA, será perfeitamente possível.

Temos que documentar como o FIPA torna eficiente o Processo de Cúpulas, implementando resoluções e políticas em nossas legislaturas respectivas e também como nossos membros podem se tornar parceiros importantes junto à Cúpula ao criar vínculos com partes interessadas em nossos países, em nível local.”

Extrato de “*Rumo à participação parlamentar na Cúpula das Américas*”  
pelo deputado James Bezan (Canadá)

\*\*\*\*\*

“A meu ver, os parlamentares exercem um papel importante dentro dos diferentes setores da população, representando vias de comunicação entre a população e o governo; por outro lado, no âmbito econômico, devemos abandonar a dependência monetária ao vizinho do Norte, sem iniciar conflitos desnecessários na área das relações diplomáticas, tendo consciência de sua hegemonia econômica e, ao mesmo tempo, sabendo que devemos seguir o caminho da abertura de novos mercados e fortalecer laços comerciais e diplomáticos com a Ásia, Oceania, África e a União Europeia.

Nós, parlamentares, devemos representar a voz de nossos povos no exterior, bem como atuar na resolução de conflitos internos, ou seja, atender às necessidades da população que nos elegeu. Espero que na próxima Cúpula das Américas seja dada aos parlamentares uma oportunidade de se envolver no processo de Cúpulas e tornar manifestos a participação parlamentar e um multilateralismo em grande escala.”

Extrato de “*O parlamento mexicano e a sua significância no contexto atual*”  
pelo deputado Salvador Ruiz Sánchez (México)

\*\*\*\*\*

“Os três temas centrais da Cúpula são verdadeiros desafios coletivos: prosperidade humana, segurança energética e sustentabilidade ambiental. De fato, os dois últimos são pressupostos do primeiro porque o crescimento dos países dificilmente será viável no longo prazo sem fontes de energia suficientes e sem ecossistemas saudáveis.

Os parlamentos latino-americanos podem desempenhar um papel protagônico na aprovação de políticas e medidas públicas para a promoção da geração de riqueza e sua redistribuição com vistas à inclusão social. No entanto, são os governos que têm a responsabilidade de executar tais políticas e medidas. Vemos em nossos países que as administrações estatais prestam uma cobertura mínima das necessidades e são deficientes os serviços de água potável, eletricidade, telefone, estradas, saúde e educação.

Diante deste cenário é indispensável que os Parlamentos façam um trabalho adicional, além de simplesmente legislar e fiscalizar. A pressão das demandas populares justas transformou, em grande parte, os congressistas em administradores de obras e serviços públicos. [...] Estes esforços são muito valorizados pela população porque contribuem para seu bem-estar, mas é necessário institucionalizá-los.”

Extrato de “*Labor parlamentar e prosperidade humana*”  
pelo congressista Yonhy Lescano Ancieta (Perú)

### Grupo de trabalho sobre o combate ao tráfico de drogas, 5ª Assembléia Plenária (Colômbia 2006)

*Plano de Ação de Quebec: "Promover a cooperação bilateral e multilateral e a troca de informações sobre políticas e ações relativas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento, à reabilitação e ao controle da oferta e desenvolver campanhas educacionais para promover a conscientização pública sobre o risco do consumo de drogas;"*

O combate ao tráfico de drogas é uma luta diária. Os parlamentares estão na primeira linha de combate em razão de seu vínculo privilegiado com os cidadãos.

Durante a 5ª Assembléia Plenária do FIPA na Colômbia, os legisladores que participaram do Grupo de trabalho sobre o combate ao tráfico de drogas fizeram as seguintes recomendações:

- Fomentar e procurar que os países atualizem suas legislações penais, fomentando a harmonização destas normas conforme se tentou na América Latina no fim do século passado. Nesta legislação-padrão, devem ser criminalizadas atividades como: o tráfico ilícito de drogas, a lavagem de ativos, a corrupção e o transporte e transbordo de drogas ilícitas;
- Procurar reformar o sistema educativo, para fortalecer o ensino de valores e o não uso destas substâncias nocivas.

### Haiti: Capacitação para mulheres e homens candidatos nas eleições de 2009

Uma delegação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas participou do lançamento do programa de treinamento para mulheres e homens candidatos, organizado pelo Centro Parlamentar do Canadá e pela MINUSTAH nos dias 2 e 3 de abril de 2009, na cidade de Porto Príncipe, no Haiti. As legisladoras falaram sobre suas experiências para candidatas e membros de associações femininas, no intuito de compartilhar experiências práticas em assuntos relacionados com campanhas eleitorais, estratégias de comunicação e a conciliação da vida política com a vida familiar, entre outras questões. Esta foi a segunda oportunidade em que o FIPA participou de uma missão no Haiti para a consolidação do processo democrático e para maior estímulo à participação de mulheres haitianas nas eleições.

*Plano de Ação de Mar del Plata, ponto 65: "Cooperar solidariamente com o povo haitiano em seus esforços no sentido de revitalizar as instituições democráticas..."*



Parlamentares do Grupo de Mulheres do FIPA com as candidatas às eleições 2009, no Haiti

### 3. Fortalecendo a colaboração entre Parlamentos e Governos no cumprimento dos compromissos assumidos nas Cúpulas



Membros do Comitê Executivo do FIPA se reúnem com o ministro de Assuntos Estrangeiros do Canadá durante a Assembléia Geral da OEA - 2007

Desde o começo de 2006 o FIPA retomou uma estratégia de cooperação mais ativa entre os poderes Executivo e Legislativo dos diferentes países no que se refere à agenda hemisférica.

Há duas razões principais para envolver os Poderes Legislativos, através do FIPA, no processo de Cúpulas das Américas.

*Em primeiro lugar, os Poderes Legislativos são necessários para a intensificação da implementação dos mandatos das Cúpulas:*

- Os assuntos transnacionais exigem soluções transnacionais. As pandemias, o tráfico de drogas, os acordos de livre comércio, o crime organizado, entre outros, são temas que devem ser enfrentados coletivamente. Os legisladores estão cada vez mais informados sobre questões internacionais e têm maior consciência do papel a ser desempenhado na área da cooperação internacional, mediante a complementação e o apoio ao papel tradicional do Governo.
- Embora as cúpulas interamericanas sejam mecanismos governamentais, muitos dos compromissos adotados pelos Chefes de Estado e de Governo têm implicações para os Poderes Legislativos. Pede-se aos Congressos a ratificação de acordos interamericanos e internacionais, a fim de ajustar a legislação nacional aos termos dos acordos internacionais e aprovar os orçamentos com os quais os Governos implementarão as políticas públicas.

*Em segundo lugar, os legisladores são necessários para alcançar a população:*

- Nas últimas Cúpulas observou-se a falta de conexão entre o processo de Cúpulas e a população. Contudo, os líderes do Continente indicaram que estão decididos a reconstruir os laços rompidos, através de um foco centrado nas pessoas que inclua processos de consulta e a participação da sociedade civil.
- Os legisladores podem desempenhar um papel muito importante neste processo. São os que estão em contato diário com seus co-cidadãos. Como ponte entre população e Governo, os legisladores podem levar as preocupações de seus representados aos processos de tomada de decisão nos níveis nacional e continental, assim como informar os cidadãos a respeito de políticas nacionais, acordos internacionais e dos possíveis impactos destes acordos em suas vidas.



### **3.1 Participação do FIPA em atividades interamericanas e o diálogo com instituições hemisféricas**

Em junho de 2007, durante a 37ª Assembléia Geral da OEA no Panamá, o Fórum apresentou uma Declaração preparada pelo Comitê Executivo do FIPA a vários chefes de delegação e ao Secretário Geral da OEA. A Declaração solicitava um reconhecimento oficial das contribuições dos Parlamentos nacionais ao processo de Cúpulas e um reconhecimento formal da especial contribuição do FIPA para este processo.

A estas reuniões seguiram-se outras em Ottawa, Washington e Porto Espanha com funcionários da OEA e da Quinta Cúpula. O FIPA também fez apresentações oficiais ao Conselho Permanente da OEA em março de 2006 e outubro de 2007, e participou como observador na 38ª Assembléia Geral da OEA em Medellín, na Colômbia, em 2008.

Estes intercâmbios permitiram a revitalização do diálogo com as instituições interamericanas, abrindo o caminho para a obtenção de mecanismos de colaboração concreta.

### **3.2 Outros modelos de cooperação entre Parlamentos e Governos**

Cabe destacar que outras instituições já adotaram mecanismos similares aos requeridos pelo FIPA, o que marca a inclusão de uma dimensão parlamentar nos trabalhos das organizações intergovernamentais.

Temos como exemplo o caso União Interparlamentar/ONU. Desde o começo da década de 90, a União Interparlamentar vem trabalhando com as Nações Unidas para tornar as relações internacionais e as tomadas de decisão mais transparentes e mais efetivas. A idéia por trás deste acordo é criar uma linha de comunicação direta entre as Nações Unidas e os parlamentos nacionais membros da UIP.

Em 2002, esta cooperação foi formalizada através da adoção de uma resolução da Assembléia Geral da ONU, em que se concedeu o status de observador à UIP. As atividades de cooperação entre ambas as organizações incluem uma audiência parlamentar anual nas Nações Unidas. As duas organizações trabalham para obter avanços em questões específicas mediante diversas atividades conjuntas, publicações e reuniões.

A Conferência Parlamentar da Organização Mundial do Comércio constitui outro exemplo de colaboração. Realizada desde 2003, foi desenvolvida pela União Interparlamentar e o Parlamento Europeu para fortalecer a transparência externa da Organização e para que esta organização intergovernamental desse explicações aos legisladores como representantes do povo.

No âmbito da última Sessão da Conferência Parlamentar sobre a OMC, foi aprovado um documento intitulado “Diretrizes para as Relações entre Governos referentes a Assuntos de Comércio Internacional” que estabeleceu três princípios básicos:

- O Parlamento deve receber, de forma oportuna, informações relevantes do governo sobre iniciativas comerciais para ter a oportunidade de considerá-las previamente à adoção das decisões;
- O Parlamento deve ter uma oportunidade real de utilizar a informação recebida para influir na política comercial de seu país;
- O Parlamento deve ter a oportunidade de monitorar as decisões de seu governo na matéria.

## 4. Conclusão

Estas ações concretas realizadas pelo FIPA como contribuição para a agenda interamericana são apenas um exemplo do enorme potencial do Fórum como instrumento de cooperação e desenvolvimento. No entanto, a falta de mecanismos oficiais no âmbito continental para uma contribuição mais ativa dos Parlamentos nacionais e do órgão que os reúne – o FIPA – para as metas de desenvolvimento do Continente– com permanente respeito da independência entre os poderes Legislativo e Executivo, é um claro sinal de que esse potencial precisa ser explorado mais plenamente.

O Comitê Executivo do FIPA está comprometido a continuar com a promoção de uma comunicação permanente com a OEA e as instituições do sistema interamericano, a fim de superar as limitações atuais e traçar novos modelos de colaboração, efetivos e includentes, no nosso continente.

\* \* \* \*



Participantes da V Assembléia Plenária do FIPA – Colômbia 2006





## 5. Anexos

### **5.1 Recomendações do Congresso “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva do gênero para as Américas”.**

*Adotadas em 21 de novembro de 2008*

Nós, mulheres e homens parlamentares das Américas, reunidos para o Congresso “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectivas de gênero para as Américas” em 20 e 21 de novembro de 2008 em Bogotá, Colômbia, fazemos as seguintes recomendações, que devem ser apresentadas aos nossos respectivos parlamentos:

#### **Políticas econômicas e gênero**

- Iniciar o processo de construção de um Plano de ação para que os Parlamentos da América tenham maior ingerência sobre os temas de desenvolvimento e que os mesmos contemplem a igualdade de gênero.
- Incorporar a perspectiva de gênero como um aspecto central e transversal na formulação de orçamentos públicos do setor central, regional e local, que os conduza a serem equilibrados e sustentáveis, e que não sejam traduzidos em programas e projetos isolados com caráter marginal ou subsidiário.
- Reconhecer durante a negociação de acordos comerciais a necessidade de tornar visível e remunerar equitativamente o trabalho das mulheres, isso sendo traduzido em empregos formais com as devidas garantias de proteção e seguro social.

#### **Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas**

- A crise global golpeia de modo especial a mulher, mas as crises também podem dar lugar a oportunidades; para tanto se deve trabalhar de maneira criativa para que a nova ordem a ser configurada - não como um retoque da atual mas sim como uma cirurgia profunda que parta de uma visão integral, inclusiva e sustentável - supere a desigualdade de gênero e muitas outras iniquidades existentes hoje.
- Adotar novos critérios a fim de estabelecer a competitividade econômica dos países, assegurando-se que isto não implique no aviltamento dos salários e em novas formas de exploração.
- Redefinir a relação existente entre o trabalho produtivo e reprodutivo para que mulheres e homens tenham um papel preponderante em ambas as esferas.

#### **Políticas sociais, gênero e desenvolvimento**

- Assumir um enfoque de direitos sociais e especialmente de gênero no desenho das políticas sociais, tendo em conta que se apresenta uma janela de oportunidades ou um cenário propício para o diálogo entre o social e o gênero.
- Reconhecer as seguintes vantagens em se ter um enfoque de gênero nas políticas sociais: (i) Coerência de valores entre a legislação e a realidade; (ii) Sustentabilidade institucional dos poderes legislativo, executivo e judicial; (iii) Maior legitimidade social e política; e (iv) Melhores políticas sociais, porque permite detectar as discriminações existentes para corrigi-las.

- Os direitos humanos devem ser reconhecidos nas políticas sociais como ocorre nas políticas criminais.

### **Sustentabilidade ambiental e gênero**

- Desenvolver novos paradigmas de sustentação ambiental e gênero.
- Levar em conta a cultura e a dignidade dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.
- Construir uma auditoria com enfoque de gênero sobre os investimentos realizados na sustentação dos recursos naturais.

### **Democracia, reformas político-eleitorais e gênero**

- Promover a articulação do Legislativo com as organizações sociais de base com o intuito de assegurar o cumprimento da lei de cotas.
- Sensibilizar os meios de comunicação com o objetivo de tornar visível a participação política da mulher e transformar os estereótipos de gênero.
- Propor o financiamento público da participação política que venha a favorecer a inclusão da mulher.

**CECILIA LÓPEZ MONTAÑO**  
Senadora da Colômbia  
Presidenta do Grupo de Mulheres  
Parlamentares das Américas do FIPA

**CÉLINE HERVIEUX-PAYETTE**  
Senadora do Canadá  
Ex-presidenta do FIPA

**Juana Laverde Castañeda**  
Relatora

## ***5.2 Recomendações dos Grupos de trabalho da V Assembléia Plenária***

*Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de novembro de 2006*

### **Grupo de Trabalho N°. 1: Comércio e Integração**

1. Deve-se continuar com a agenda de integração das Américas, exortando os países-membros do FIPA a um acordo hemisférico, no qual convirjam todos os acordos bilaterais.
2. Exorta-se os membros da OMC a retomar as negociações comerciais multilaterais, com o objetivo de concluir a roda de Doha para o Desenvolvimento – particularmente – no que se refere à abertura dos mercados agrícolas.
3. Devem ser eliminadas todas as barreiras ao comércio internacional, incluindo os impostos alfandegários ou subsídios que distorcem o comércio internacional. Outrossim, é necessário preservar a capacidade dos países de apoiar os setores mais sensíveis.



4. Na busca de uma maior integração, é necessário derrubar todo tipo de barreiras entre os países-membros do FIPA, que infrinjam os direitos humanos e impeçam o livre trânsito de pessoas.
5. Promover políticas domésticas complementares que aproveitem as oportunidades de inserção internacional; particularmente as políticas de infra-estrutura; educação; modernização do Estado; desenvolvimento rural, agrícola e pesqueiro; e ciência e tecnologia.
6. Criar políticas que favoreçam a integração energética, considerando os desafios relacionados com os recursos não renováveis e as oportunidades oferecidas por recursos renováveis como a bioenergia, a energia eólica ou outros recursos.
7. Criar mecanismos para proteger a propriedade intelectual da livre concorrência e abolir a pirataria.
8. Deve-se trabalhar em programas de desenvolvimento sustentável e criar programas para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida.
9. Exortam-se os países-membros do FIPA, a considerarem que a emergência da China e da Índia impõe a urgência de desenhar políticas para enfrentar a concorrência global. A esse respeito, solicita-se a organização de diálogos do FIPA com estes países.
10. Deve-se construir para os países das Américas e do Caribe um Fundo dotado com suficientes recursos financeiros para facilitar a transição para um regime de comércio mais livre e de integração mais profunda, particularmente no tocante à facilitação da conectividade da região, ao desenvolvimento da infra-estrutura (transporte aéreo, terrestre e marítimo) e à promoção da pequena e média empresa, alinhado com a iniciativa de ajuda para o comércio da OMC.
11. Deve-se procurar um diálogo contínuo dos membros do FIPA com os Estados Unidos, incentivando sua participação ativa na FIPA.
12. Recomenda-se debater sobre assuntos sociais para conseguir o bem-estar de nossos povos.
13. Recomenda-se que os membros do FIPA levem estas recomendações aos seus respectivos Parlamentos e poderes Executivos; que trabalhem conjuntamente com seus próprios representantes executivos nacionais do FIPA para garantir que sejam feitos progressos concretos em sua implementação; e que os presidentes de cada capítulo nacional do FIPA reportem à próxima Assembléia Plenária da entidade, os avanços alcançados por seus países.

**James Bezan**  
Deputado do Canadá  
Presidente do Grupo de trabalho No. 1

**Sandra Ovalle García**  
Relatora

### **Grupo de Trabalho Nº. 2: Redução da Pobreza**

Recomenda-se:

1. Consolidar estratégias de crescimento.
2. Aumentar efetividade do investimento social (estabelecendo quem terá a prioridade).
3. Propiciar a cooperação internacional entre os países membros.
4. Trabalhar um componente político para reduzir a pobreza; um elemento econômico para que sejam tributadas as pessoas com renda mais elevada; um elemento de conteúdo social das políticas econômicas e que o emprego seja a prioridade para chegar a uma transformação social.
5. Promover a educação universal, e eliminar o analfabetismo.
6. Reduzir a morbidade infantil.
7. Garantir um meio ambiente sadio.
8. Capacitar em novos locais de trabalho.
9. Intercambiar informação sobre programas que tenham tido êxito em outros países.
10. Investir na ciência e na tecnologia.
11. Reduzir o fenômeno da migração.
12. Buscar o mecanismo para que as resoluções e iniciativas apresentadas pelos grupos de trabalho sejam implementadas pelos legisladores nos respectivos países e conseqüentemente se constituam numa força vinculante.
13. Como imperativo ético da região, observar que os recursos do Estado sejam rigorosamente utilizados e assim lutar contra a corrupção e incentivar os parlamentares a proporem leis de transparência em seus países.
14. Criar um grupo de trabalho que se dedique exclusivamente aos estudos e impactos da carga tributária no desenvolvimento socioeconômico das economias dos países membros. A missão do grupo seria realizar um estudo que estabeleça princípios e encontre alternativas para que os países membros tenham uma carga tributária justa e equânime para garantir o desenvolvimento social, a geração de emprego aumentando, assim, a produção e riqueza de cada país membro.

**Iván Alejandro Moreira Barros**  
Deputado do Chile  
Presidente do Grupo de Trabalho N.º 2

**Isabel Cristina Jiménez Losada**  
Relatora



### **Grupo de Trabalho Nº. 3: A Luta contra o Tráfico de Drogas**

#### **RECOMENDAÇÕES**

##### **ECONÔMICAS:**

1. Incentiva-se os parlamentares para que trabalhem ativamente em seus próprios países e no cenário internacional, para promover acordos multilaterais de comércio, que visem uma mudança na ordem econômica.
2. Os países devem trabalhar internamente para obter o financiamento e os recursos necessários para estabelecer programas de substituição de cultivos e de fomento de empregos, os quais permitirão diminuir as desigualdades sociais nas nações.
3. Para aumentar as possibilidades de sucesso da substituição de cultivos nestes programas, devem ser incluídos aspectos de capacitação, segurança alimentar, transporte e acesso a mercados, com o objetivo de evitar a reincidência.

##### **SOCIAIS:**

4. Tendo em conta que a demanda é uma força poderosa que impulsiona a produção, fato que é reconhecido na estratégia hemisférica da luta contra as drogas, recomenda-se que sejam elaborados programas educativos em nível escolar, familiar, comunitário, de gênero, étnico e para os menores, nos quais se estabeleçam novos valores que evitem o consumo de drogas.
5. Assim mesmo, recomenda-se aos meios de comunicação ter cuidado no uso de imagens que criam ícones falsos e fomentam a violência e o consumo de entorpecentes. Por conseguinte, incentiva-se a responsabilidade dos meios e sua participação ativa na luta contra o tráfico de drogas e a criação de condições que não estimulem violência e abuso de substâncias alucinógenas.
6. Recomenda-se a convocatória de um fórum internacional, para tratar o papel da mídia na formação de valores que facilitem a luta contra as drogas.
7. Recomenda-se que os parlamentares procurem reformar o sistema educativo, para fortalecer o ensino de valores e o não uso destas substâncias nocivas.
8. Deve haver uma maior participação dos parlamentares na discussão de valores sociais e procurar a promoção efetiva do Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Droga.

##### **LEGAIS E DE SEGURANÇA:**

9. Os parlamentares devem fomentar e procurar que os países atualizem suas legislações penais, procurando a harmonização destas normas conforme se tentou na América Latina no fim do século passado. Nesta legislação-padrão, devem ser criminalizadas atividades como: o tráfico ilícito de drogas, a lavagem de ativos, a corrupção e o transporte e transbordo de drogas ilícitas. Para os casos de consumo, recomendamos com firmeza que deve existir uma pena gradual.
10. Os parlamentares promoverão e procurarão que seja convocada uma reunião em vínculo com a OEA e a Organização das Nações Unidas, onde se discuta a criação de um Tribunal Interamericano e Internacional contra as Drogas, assim como uma entidade com funções de interdição.

11. Propõe-se procurar um fortalecimento e um maior apoio internacional para os países que devem enfrentar as drogas, a lavagem de ativos, a corrupção e o transbordo destas substâncias.
12. Recomenda-se aos parlamentos membros do FIPA impulsionar em seus países o plano de luta contra as drogas das Nações Unidas.

**Sandra Husbands**  
Senadora de Barbados  
Presidente do Grupo de trabalho No. 3

**Felipe Ortiz**  
Relator



### **5.3 Declaração apresentada durante a 37ª sessão ordinária da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, 3 a 5 de junho, cidade do Panamá, Panamá**

*Adotada pelo Comitê Executivo do FIPA em 1º de junho de 2007 em Brasília, Brasil*

#### **CONSIDERANDO:**

QUE o Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é uma rede independente composta de legislaturas nacionais dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano e contribuir com o diálogo interparlamentar para tratar das questões na pauta hemisférica, conforme a Resolução 1673/99 da Assembléia Geral da OEA.

O objetivo do FIPA de “contribuir para o processo de integração como um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento sustentável e harmonioso no hemisfério”;

Que os Chefes de Estado e Governo das Américas decidiram, no Plano de Ação da III Cúpula das Américas, “incentivar a cooperação e o intercâmbio de experiências e melhores práticas parlamentares entre legisladores nacionais do hemisfério, respeitando a separação e o equilíbrio de poderes, por meios bilaterais, sub-regionais e hemisféricos, tais como o Fórum Interparlamentar das Américas”;

A contribuição feita pelo FIPA desde 2001 no avanço da agenda hemisférica, descrita no relatório “De Quebec a Mar del Plata: Evolução do Fórum Interparlamentar das Américas”, apresentado pelos ministros das Relações Exteriores das Américas, por ocasião da IV Cúpula das Américas em Mar del Plata, em 3 de novembro de 2005, e do Conselho Permanente da OEA em Washington, em 12 de abril de 2006;

A importância, no tratamento da questão da “Energia para o desenvolvimento sustentável”, tema central da 37ª Sessão da Assembléia Geral da OEA, de levar em consideração a voz dos parlamentares;

#### **O COMITÊ EXECUTIVO:**

1. TRANSMITE as recomendações adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de novembro de 2006 sobre as questões de Comércio e Integração, Redução da Pobreza, Combate ao Narcotráfico, Igualdade de Gênero e Diversidade Cultural e, em particular, sua recomendação segundo a qual “Devem ser criadas políticas que favoreçam a integração energética, considerando os desafios relacionados com os recursos não renováveis e as oportunidades oferecidas por recursos renováveis como a bioenergia, a energia eólica ou outros recursos.”
2. SOLICITA que os parlamentos nacionais sejam considerados, pelos governos membros da OEA, protagonistas na vigilância e na implementação de compromissos oriundos da Declaração da Assembléia Geral no tocante à “Energia para um desenvolvimento sustentável”, a forma de garantir que os compromissos regionais nessa área sejam implementados em legislação e políticas nacionais que satisfaçam as necessidades dos cidadãos que representam.
3. PEDE que a Assembléia Geral da OEA tome nota da decisão do Comitê Executivo do FIPA de recomendar que os representantes dos parlamentos membros procurem, na Sexta Reunião da Assembléia Plenária do FIPA, meios pelos quais os legisladores possam contribuir para a implementação de uma agenda energética regional que favoreça o desenvolvimento sustentável e harmonioso no hemisfério.

4. REFORÇA a necessidade de uma colaboração entre os parlamentos nacionais e a OEA, através do estabelecimento de uma comunicação direta de duas mãos entre o FIPA e a OEA, do estabelecimento da contribuição parlamentar nas negociações e debates regionais, quando apropriado, e pela atribuição de um status especial que permitirá ao FIPA ser representado como observador nas reuniões da Organização.
5. SOLICITA um reconhecimento formal da contribuição feita pelos parlamentos nacionais ao processo das Cúpulas das Américas e EXPRESSA sua intenção de submeter ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas uma proposta para que o FIPA seja reconhecido como observador parlamentar especial nesse processo.



Foro Interparlamentario de las Américas  
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques  
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

**Secretariado Técnico do FIPA**

500 – 165 Sparks St.  
Ottawa, Ontário K1P 5B9  
Canadá

Tel. : + 1 (613) 594-5222  
Fax : + 1 (613) 594-4766  
info@e-fipa.org

**[www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org)**

© 2009